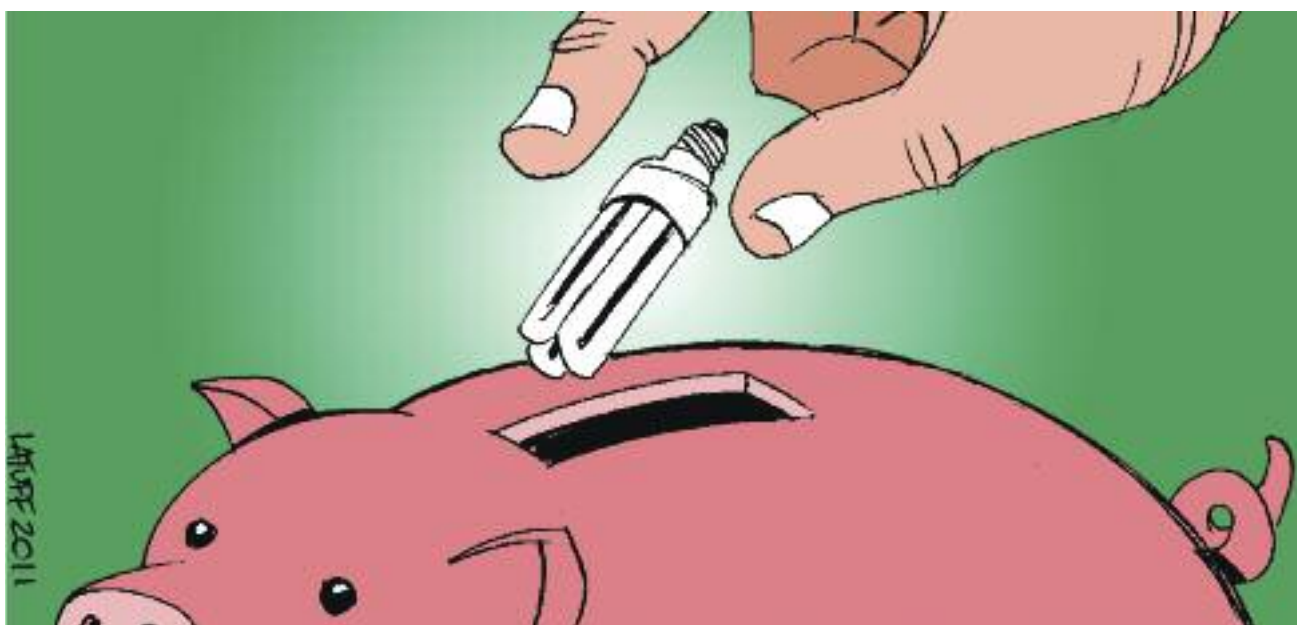




EFICIÊNCIA ENERGÉTICA PARA UM FUTURO SUSTENTÁVEL



“Uma questão de consciência”, esta é a opinião de um consumidor de produtos com selo de eficiência energética. Para além da questão individual, este é um ponto que atinge toda a sociedade de um modo geral, já que está em jogo um futuro sustentável. A tecnologia mostra as duas faces de uma moeda: por um lado, a degradação do meio ambiente e, por outro lado, a possibilidade de novas técnicas menos poluentes. Diante deste cenário, o governo lançou o Plano Nacional de Eficiência Energética (PNEF), um planejamento de ações concretas de combate ao desperdício, agregado a uma política de conscientização e de envolvimento da sociedade neste processo.

Páginas 4 e 5

Confea, CGU e Instituto Ethos juntos no combate à corrupção no país

Acordos contra a corrupção simbolizam o passo inicial para o combate à corrupção. No dia internacional contra a corrupção - 9 de dezembro -, foi assinado um pacto entre o Confea, a Controladoria Geral da União (CGU) e o Instituto Ethos, com a finalidade desenvolver mecanismos, instrumentos e técnicas que contribuam para a prevenção e o combate à corrupção. **Página 7**

Fisenge aposta em campanha nacional de valorização profissional

Difundir o papel do engenheiro na sociedade. Este foi o mote da campanha nacional de valorização profissional, promovida pela Fisenge e por sindicatos filiados. De acordo com o presidente da Federação, Carlos Roberto Bittencourt, é essencial colocar para a sociedade o papel do engenheiro, tanto no cotidiano de cada um como na construção de um desenvolvimento social sustentável. **Página 3**

EDITORIAL

Brasil no banco dos réus

O caso da *Guerrilha do Araguaia* foi denunciado, no segundo semestre de 2010, à Corte Interamericana de Direitos Humanos por crimes cometidos pelas Forças Armadas brasileiras entre os anos de 1972 e 1975. Trata-se do desaparecimento forçado de cerca de 68 pessoas e do assassinato de 2 militantes durante a ditadura militar.

Famílias mutiladas, arquivos fechados e história amordaçada, entre tantos outros sentimentos de indignação, levaram o Centro pela Justiça e o Direito Internacional (Cejil/Brasil), o Grupo *Tortura Nunca Mais* do Rio de Janeiro e a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos de São Paulo a encaminharem a denúncia. Há 15 anos corre o processo do caso no Sistema Interamericano, da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Na sentença, a Corte estabelece a responsabilidade internacional do Estado brasileiro por violações a diversos tratados internacionais de proteção aos direitos humanos, entre eles, direito à verdade, à memória e à justiça. O passo é decisivo, no cenário mundial, para que o Estado brasileiro promova a reparação integral das vítimas e de seus familiares. E mais: para garantir que nunca mais as ditaduras militares aconteçam em nosso país.

A notícia também vem, de certa forma, redimir a sociedade brasileira do lamentável episódio protagonizado pelo Supremo Tribunal Federal, a mais alta Corte do país, ao se negar a rever a Lei de Anistia no sentido de identificar os responsáveis e encaminhar medidas judiciais para a reparação integral das vítimas da repressão política.

A decisão assume um significado ainda mais amplo se considerarmos, de um lado, as incontáveis tentativas de familiares dos desaparecidos e organizações de direitos humanos e, de outro, a resistência do Estado brasileiro, durante mais de 30 anos, a esclarecer os crimes e divulgar informações sobre o paradeiro dos desaparecidos. Agora, o mínimo que o mundo exige é que o Brasil realize uma investigação criminal, esclareça os fatos, identifique responsabilidades e puna os culpados.

A Diretoria

Em discussão, os nomes dos palestrantes do 9º Consenge

Após aprovação do regimento do 9º Congresso de Sindicatos de Engenheiros (Consenge), agora é hora de indicar palestrantes e autores de teses. Os sindicatos estão encaminhando suas propostas e nomes como, Michelle Bachelet, Luis Inácio Lula da Silva, foram aventados.



Governo lança edital para projetos que promovam inclusão digital

Até o dia 7 de fevereiro, o governo receberá propostas de projetos que fomentem inovações, fundamentação científica para a educação e estimulem a inclusão digital pedagógica e social. A iniciativa propõe a distribuição de computadores portáteis em escolas públicas, no âmbito do *Programa Um Computador por Aluno* (Procura). O programa é da Presidência da República, em conjunto com os ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia, por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação.

As propostas aprovadas serão financiadas com recursos do Tesouro Nacional, no valor estimado de R\$5 milhões, a serem liberados em duas parcelas: R\$2,5 milhões em 2011 e R\$2,5 milhões em 2012. Cada projeto aprovado terá o valor máximo de R\$ 250 mil e prazo máximo de execução de 24 meses.

O pesquisador interessado deve ter título de doutor, currículo cadastrado na Plataforma Lattes (sistema do CNPq), experiência em projetos educacionais e no uso pedagógico de tecnologias da informação e de comunicação e, ainda, ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto. As propostas devem ser encaminhadas ao CNPq exclusivamente pela internet, por meio do Formulário de Propostas Online, disponível na Plataforma Carlos Chagas até o dia 7 de fevereiro de 2011.

Homenagem aos que lutaram

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) lançou o prêmio *Democracia e Liberdade Sempre*, por meio do qual, todos os anos, homenageará personalidades e entidades com papel destacado na luta contra a opressão e em defesa da democracia. A premiação é uma maneira de resgatar a memória desses brasileiros, muitos deles anônimos, que contribuíram para a redemocratização do país.



Siga a Fisenge no Twitter

A Fisenge está no Twitter. Este espaço virtual tem o objetivo de difundir informações sobre a categoria, as entidades, ações, agendas e lutas. Se você já tem uma conta no Twitter, vá em *Find People*, no menu superior da tela, digite @fisenge, para nos encontrar ou, então, acesse <http://twitter.com/fisenge>



FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DE SINDICATOS DE ENGENHEIROS

DIRETORIA EXECUTIVA: Carlos Roberto Bittencourt - PR - **Presidente:** Vicente de Paulo Alves Lopes Trindade - MG - **Vice-Presidente:** Renato Andrade - BA - **Diretor Financeiro:** Clóvis Francisco Nascimento Filho - RJ - **Secretário-Geral:** Fernando Elias Vieira Jogaib - VR/RJ - **Diretor de Relações Sindicais:** José Ezequiel Ramos - RO - **Diretor Executivo:** Eduardo Medeiros Piazeria - SC - **Diretor Executivo:** Raul Otávio da Silva Pereira - MG - **Diretor Executivo:** Roberto Luiz de Carvalho Freire - PE - **Diretor Executivo Coordenadora de Comunicação:** Tania Coelho; **Jornalista Responsável:** Camila Marins MTB: 47.474-SP; **Diagramação:** Stefano Figalo; **Tragem:** 3.000 exemplares; **Impressão:** Reproarte; **Fisenge:** Av. Rio Branco, 277 - 17º andar - CEP 20040-009 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: (21) 2533-0836 - Fax: (21) 2532-2775 - **E-mail:** fisenge@fisenge.org.br **Site:** www.fisenge.org.br

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

11 de dezembro pelo Brasil afora

“Mãos que projetam casas, estradas, transportes, hidrelétricas, navios, sistemas de esgoto, desenvolvem planos de banda larga, otimizam processos agroflorestais. Mentes que planejam as cidades, descobrem outras formas de energia, transformam o sonho do pré-sal em realidade. O 11 de dezembro – dia da engenharia, da arquitetura e da agrimensura – representa a construção cotidiana de um desenvolvimento social sustentável. São profissionais pensando a cidade, o campo e o futuro do país. Acima de tudo, o 11 de dezembro reafirma a valorização profissional”. Este é um trecho da nota divulgada pela Fisenge em homenagem ao dia do engenheiro.



Campanha Nacional de Valorização Profissional promovida pela Fisenge

Concomitante a textos, foram realizadas diversas ações em sindicatos de todo o país e pelo próprio Confea, durante o período de comemorações ao dia do engenheiro. A Fisenge capitaneou uma campanha nacional de valorização profissional, com o mote *Desenvolvimento com Cidadania*, massificada por seus sindicatos filiados. “É importante colocar para a sociedade o papel do engenheiro dentro de um desenvolvimento social sustentável e envolvê-la neste processo, difundindo as atividades da engenharia, bem como a participação de nossas profissões no cotidiano de cada cidadão”, destacou o presidente da Fisenge, Carlos Roberto Bittencourt. Diversos foram os eventos. Além de campanhas na mídia com outdoor, busdoor, peças de TV e jingle para rádio, os sindicatos realizaram eventos já tradicionais, como o Senge-PR, que reuniu mais

de 600 pessoas no jantar do dia do engenheiro, encerrando também o ciclo de comemoração pelos 75 anos do sindicato. No evento, também foi exibido um vídeo institucional que contou a história da entidade. “Ao longo dos seus 75 anos de história, o Senge-PR participou de muitas lutas e conquistas, defendendo não apenas o interesse de seus representados, mas da sociedade em geral”, ressaltou Fanini. “O país está despondido com desenvolvimento social e crescimento econômico e nós, engenheiros e engenheiras, devemos ter clara a construção de um projeto de nação comprometido com a sociedade”, ratificou Bittencourt.

Também alinhado à tradição, o Senge-PB promoveu sua campanha de valorização profissional durante as comemorações de seus 50 anos de história. “Esperamos desencadear mais ações

de todas as entidades nacionais com o objetivo de valorizar nossas profissões. Para 2011, também lutaremos pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 02/2010”, disse o presidente do Senge-PB, Armando Duarte Marinho. A PEC 02/2010 estende a todos os servidores públicos, de qualquer ente federativo, o direito de receberem o mesmo salário mínimo profissional concedido aos profissionais do sistema Confea/Creas na iniciativa privada. O Senge-RO pautou a campanha de valorização profissional em diversos espaços, veiculados em toda a região Norte, de acordo com o presidente da entidade, Jorge Luís da Silva. Também na linha de massificação entraram o Senge-BA, o Senge-ES e o Senge-MG. “Fizemos uma ampla campanha, destacando o papel do profissional na busca de soluções para a construção do desenvolvimento sustentável do país”, declarou o presidente do Senge-MG, Raul Otávio Pereira. De acordo com o presidente do Senge-BA, Ubiratan Félix, o foco da campanha deve ser a sociedade. “Se as pessoas conseguem entender a importância do engenheiro no seu cotidiano, o profissional também se sente mais valorizado. O engenheiro – muito mais do que um projetista e construtor de máquinas, tecnologias e cidades – é, principalmente, um difusor de bem-estar social, saúde e desenvolvimento econômico”, ressaltou. Segundo o diretor do Senge-ES, José Carlos de Assis, além da campanha de mídia, também foi feito um jornal especial sobre o dia do engenheiro.

Durante a sessão da Câmara Municipal de Aracaju, aconteceu uma homenagem aos engenheiros, arquitetos e agrimensores, pela contribuição para o desenvolvimento da capital. O presidente do Senge-SE, Rosivaldo Ribeiro, falou sobre valorização profissional e a importância das lutas da categoria.

Sindicatos filiados



CAPA - SUSTENTABILIDADE

Consumo consciente para um futuro sustentável

Lançado pelo governo federal, o Plano Nacional de Eficiência Energética tem o objetivo de reduzir o desperdício e o consumo de energia



© Stefano Figalor / SFIGALO Photography

Escolher produtos com eficiência energética faz bem ao bolso e ao meio ambiente. Cabe aos cidadãos, ao Estado e às empresas contribuir

Comprar uma lâmpada sempre pareceu uma tarefa simples e sem muitas escolhas. Mas, hoje em dia, a história mudou, e as prateleiras estão repletas de opções. Dentre elas, a lâmpada econômica. Embora com um valor acima das comuns, a economia de energia elétrica é irrefutável – até 80% –, além da durabilidade, pois estas lâmpadas podem durar até 13 vezes mais que as comuns. Este é apenas um dos exemplos de desperdício de energia, que também pode ser encontrado no comércio, nas grandes indústrias e no meio rural. Com o objetivo de promover políticas contra o desperdício, o Ministério de Minas e Energia (MME) lançou o Plano Nacional de Eficiência Energética (PNEF).

Elaborado com uma série de entidades e organizações da sociedade civil, as premissas e diretrizes básicas do Plano foram colocadas em consulta pública e culminarão num planejamento de ações, com o objetivo de chegar em 2030 com uma redução de 10% da sua carga do ano. De acordo com publicação da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o consumo de energia elétrica no país permanece elevado. “O consumo nacional de energia elétrica no Brasil totalizou 35.378 gigawatts-hora (GWh) em novembro de 2010, com alta de 4,0%, frente a igual mês de 2009, e crescimento de 8,1% no acumulado do ano. As classes residencial (3,9%) e comercial (1,0%) seguem em expansão, mesmo

com significativa influência negativa de temperaturas mais amenas nas regiões Sul e Sudeste”, apontou o estudo.

Segundo o diretor do departamento de desenvolvimento energético do Ministério de Minas e Energia, Hamilton Moss, a inclusão da eficiência energética no âmbito do planejamento é um grande avanço. “Quando incorporamos a eficiência energética ao plano, diferentes agentes sociais (indústrias, universidades, concessionárias e sociedade) passam a ter ação, coordenada por meio de programas”, explicou. O diretor-geral do Instituto Nacional de Eficiência Energética (INEE), Jayme Buarque de Hollanda, acredita que não bastam perfurações, barragens de rios, conforme está estruturado o setor

energético. “Entendemos que parte importante desta energia deveria ser melhor utilizada. Como atender a demanda da sociedade usando menos hidrelétricas, menos petróleo? Esta é uma questão absolutamente possível, até na compra de uma lâmpada econômica, que parte de uma decisão individual”, enfatizou.

Cidades sustentáveis

Embora a ação individual de cada um pela economia de energia seja fundamental, também é preciso ampliar e aplicar tais políticas nas cidades. Lâmpadas econômicas podem ser usadas em postes de iluminação; energias alternativas podem ser utilizadas em construções sustentáveis, de acordo com normas de sustentabilidade ambiental; além de preocupação e planejamento de iluminação, condicionamento de ar e envoltória da construção. “Articulamos com diferentes áreas e programas. Um deles é o *Minha Casa, Minha Vida*, com incentivos para aquecimento solar nas casas. A construção precisa ser pensada desde o início. Pensar o prédio como algo integrado. Não adianta construir belíssimos prédios de vidro, que podem se transformar em verdadeiras estufas sem ventilação adequada, aumentando o consumo de ar condicionado”, disse Hamilton Moss.

Ele ainda destacou que deve haver um esforço conjunto da sociedade. “Cursos de engenharia e arquitetura devem ter matérias nesse sentido de sustentabili-

dade, mas o empenho deve ser coletivo e pode ser expandido para cursos de administração e economia, por exemplo”, contou Hamilton.

Fazendo as contas

Além de pesquisas de universidades, apoios técnicos, é fundamental a participação e conscientização da sociedade. “Temos que fortalecer mais a educação da sociedade, para que o preconceito e o desconhecimento não prejudiquem o desenvolvimento. Se grande parte da população se conscientizar do seu poder como consumidor, não vai ter espaço para equipamentos menos eficientes e as indústrias terão que se adaptar”, afirmou a engenheira química e líder de projetos de sustentabilidade, Livia da Silva Farias. Ela dá exemplo e assume que pesquisa em todos os equipamentos que irá adquirir o selo Procel (indicador de economia de energia e eficiência energética). “Na minha casa, televisão, geladeira, ar condicionado, micro-ondas, máquina de lavar roupa, lâmpadas e o próximo a ser adquirido, o fogão, são selo A”, destacou.

O diretor do INEE, Jayme Buarque de Hollanda, citou alguns exemplos de usos ruins de energia: “O gás natural como combustível nos automóveis não significa um bom uso. Além disso, os carros *flex* (compromisso com duas tecnologias: gasolina e etanol) são ineficientes e desperdiçam muita energia. Qual a receita? Vamos usar carros elétricos e diminuir uma das maiores

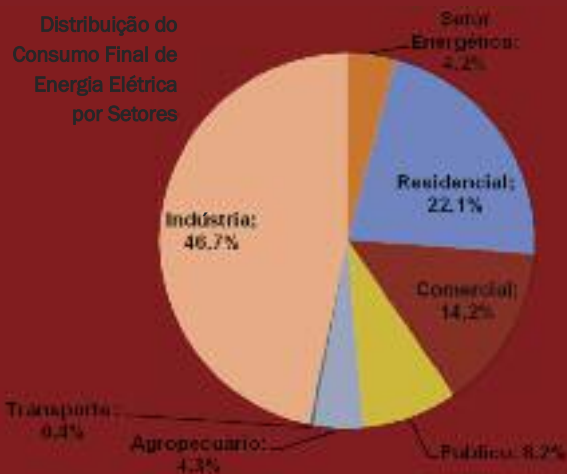
latas de lixo de energia que temos”. Ainda de acordo com Jayme, de toda a energia primária que sai do Brasil, apenas 1/3 se transforma em energia útil e 2/3 são jogados fora. “O PNEF é uma importante iniciativa e demonstra vontade política em mudar essa situação”, registrou.

O jornalista André Trigueiro disse que aprendeu a fazer a conta do jeito certo. “Sei exatamente a implicação de uma aquisição sem consciência. Não me iludo com preços baixos e tenho consciência de um consumo sustentável”, declarou. Nesse ponto, entra o papel conscientizador da educação.

Campanhas, seminários, palestras, material didático podem e devem incentivar a população a um consumo consciente. “O PNEF tem interface com outros setores, como por exemplo, o Ministério da Educação, pelo qual podemos promover amplas campanhas de conscientização”, ressaltou Hamilton. Jayme concorda com o envolvimento da sociedade e ratifica: “Envolver a sociedade nesse processo é bom, mais barato e agride menos o meio ambiente”. Economizar energia, desenvolver novas tecnologias e investir em educação são tarefas primordiais, haja vista o cenário de exclusão elétrica no país: milhares de famílias ainda não têm acesso à energia elétrica. Situação que, paulatinamente, vem mudando, especialmente no campo, com o *Programa Luz para Todos*.

Depois do apagão, fez-se a luz

Quem não se lembra do apagão? Esta foi uma grande crise nacional de energia elétrica, vivida em 2001, causada não somente pela falta de chuvas, como também e, principalmente, pela falta de planejamento e investimentos em geração de energia. Grandes cortes de energia foram anunciados e a sociedade brasileira parou diante de um caos energético e de uma grande perda na economia. “O Brasil saiu de uma situação dramática graças ao envolvimento da sociedade”, pontuou Jayme. Todo o país se mobilizou em uma campanha de racionamento de energia, economizando, trocando produtos não eficientes por eficientes, entre outras alternativas. “Tivemos, com o apoio da mídia, uma economia de 30 a 40% de energia elétrica. Foi uma ação extremamente importante para o envolvimento da sociedade”, afirmou Hamilton Moss.



Fonte: Balanço Energético Nacional (BEN)

POLÍTICA INTERNACIONAL

Derrotar o império e garantir a soberania latinoamericana é uma luta estratégica

A mídia no mundo foi o principal tema da palestra de Tariq Ali, durante o 16º curso anual do Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC). Tariq Ali é escritor paquistanês e crítico das políticas neoliberais e dividiu a mesa – cujo tema foi *Hegemonia político-cultural dos Estados Unidos* – com o cientista político da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marcelo Santos. “Embora a guerra fria tenha acabado, as relações com os EUA, bem como novos modelos de desenvolvimento econômico têm que ser pensadas”, lançou Marcelo Santos, que também explanou sobre a política monroísta adotada.

O monroísmo significa a visão norte-americana de relacionamento com outros países, com os EUA liderando, bastando a frase: “América para os americanos”. Esta é uma condição antagônica ao bolivarismo, uma política de solidariedade entre os povos latinoamericanos, sem predominância de império. “O fracasso da Alca (Área de Livre Comércio das Américas) é estratégico. O neoliberalismo é uma poderosa ideologia, que tem feito corações e mentes, especialmente em países mais pobres. O desmonte destas ideias é um desafio, e a América Latina precisa ficar atenta”, alertou Marcelo.

Países latinoamericanos vêm passando por um processo de libertação do império norte-americano, haja vista a ascensão de governos de esquerda e progressistas. No entanto, golpes são deflagrados a cada momento, como, por exemplo, o que aconteceu em Honduras com a deposição do ex-presidente Manuel Zelaya. Nesse sentido, Tariq Ali propõe mudanças radicais na mídia global. “Existe uma mídia monocórdica, que adora o mercado, ignora as vozes dissidentes e as empresas perceberam que podiam mudar o comportamento do mundo. Elas pensavam: *nós colocamos os políticos no poder*. Mas isso começou a mudar na América Latina, com destaque para Bolívia, Paraguai



Gabriel Bernardo / Fazendo Media

“A mídia alternativa permanece como uma maneira poderosa de combater hegemonia”, Tariq Ali

e Venezuela”, apontou Tariq, afirmando que, nesses casos, a mídia foi atropelada pelos movimentos sociais. “Esta é uma lição para o mundo todo, até mesmo para o Brasil”, destacou.

Já no Oriente Médio, Tariq enfatizou que a Al Jazeera influenciou outras emissoras. “Mas no oriente geral, o Paquistão é um exemplo de onde a mídia tem sido muito poderosa, ameaçando os governos. Em alguns países não existe nenhuma liberdade, mas isso varia. Elas usam também informações das agências internacionais”, informou. Ainda sobre a Al Jazeera, o escritor apontou que a emissora desafiou a supremacia da mídia ao prover imagens alternativas para o noticiário global. “Quando olhamos para BBC, CNN e outras, as imagens são as mesmas. Como isso acontece se são diferentes redes de diferentes países? Acontece porque elas aceitam a liderança da BBC e da CNN, que é a liderança do ocidente”, declarou.

Inclusive, Tariq foi categórico ao afir-

mar que foi a partir da Al Jazeera que surgiu a Telesur, TV multistatal criada com o apoio de Argentina, Bolívia, Cuba, Equador, Nicarágua e Venezuela. “Quando o golpe de Estado aconteceu em Honduras, a única rede de TV que tinha equipe lá fazendo imagens era a TeleSUR. Pela primeira vez, CNN e BBC tiveram que comprar estas imagens. A mídia alternativa permanece como uma maneira poderosa de combater a hegemonia”, lembrou.

Ainda segundo Tariq Ali, a disparidade entre ricos e pobres nos EUA é maior, até mesmo na crise econômica de 1929, e, em escala global, outros países serão afetados. “Em meu último livro faço uma crítica ao governo Obama, porque ele representa uma continuidade do governo Bush, o que mudou é a música de fundo”. Quando questionado sobre a alternativa a esse modelo colocado, Tariq assinalou: “Lutar e resistir. Não podemos desistir e não importa o caminho da mudança”.

“ O governo Obama representa apenas uma continuidade da era Bush, o que mudou foi a música de fundo”, disse Tariq Ali

CIDADANIA

Combate à corrupção passa pelo cotidiano de cada cidadão brasileiro

Uma em cada quatro pessoas declara que pagou suborno no ano passado. Estes são dados da Global Corruption Barometer (Barômetro da Corrupção Global 2010, em tradução literal), publicado pela organização não governamental Transparência Internacional. Foram arguidas mais de 91.500 pessoas em 86 países e territórios pela única pesquisa de opinião que abrange a corrupção global.

Ainda de acordo com a pesquisa, os subornos foram para instituições ou serviços, desde a área de saúde até de impostos, além do Judiciário para obtenção de serviços. A polícia é citada como a maior receptora de subornos – cerca de 30% das pessoas que têm contato com policiais disseram ter cometido o delito. Já no Brasil, 5% dos entrevistados relataram ter pagado suborno no ano passado. O parlamento brasileiro foi apontado como uma das instituições mais afetadas pela corrupção.

Além da pesquisa, outra série de ações foi divulgada no começo de dezembro, mês de combate à corrupção. Cerca de 2 mil pessoas participaram da 1ª Corrida contra a Corrupção realizada em Brasília. O evento teve a finalidade de reivindicar maior fiscalização e transparência do uso do dinheiro público. E é exatamente esta a questão que diversas organizações, como o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea) e a Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge), têm pautado nas categorias e explanado para a sociedade. “A corrupção eleitoral está intrinsecamente ligada à engenharia e, em um momento de mudanças comportamentais, como a eleição de uma mulher para presidente do Brasil e o Movimento Ficha Limpa, esta ação é um grande exemplo que a engenharia dá à sociedade”, afirmou o vice-presidente da Fisenge, Vicente Trindade, também coordenador do programa de Valorização Profissional do Confea.

Os casos de corrupção no Brasil são muito sérios, ainda mais quando falamos sobre impunidade, haja vista a infinidade de exemplos de políticos, figuras públicas ou não que passam incólumes às



Acom/ Confea

O presidente do Confea, Marcos Túlio de Melo assina termo de cooperação entre entidades

punições. Numa escala de zero a 10, o país teve a pontuação de 3,7, em uma avaliação da Transparência Internacional. Quanto mais próximo do zero, maior o nível de percepção de corrupção. Atualmente, o Brasil está na 69ª posição no ranking de 2010 sobre corrupção.

Embora tenhamos gravíssimos problemas de corrupção, o Brasil avançou muito em ações de combate, como, por exemplo, a lei da Ficha Limpa e a lei complementar 131, que obrigou a União, os estados e municípios a colocarem suas contas na internet. “Estes são grandes exemplos preventivos e corretivos no combate à corrupção. A engenharia está ligada a este processo, pois participa de processos licitatórios, compras públicas, entre outros. Cabe às entidades fortalecer o Movimento Anticorrupção na Engenharia, Arquitetura e Agronomia e reivindicar transparência e controle social”, declarou o presidente da Fisenge, Carlos Roberto Bittencourt.

Dia de combate à corrupção

Justamente, no Dia Internacional contra a Corrupção, 9 de dezembro, o Confea, a Controladoria Geral da União (CGU) e o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social assinaram um acordo de cooperação. No documento, as três instituições se comprometem a desenvolver mecanismos, instrumentos e téc-

nicas que contribuam para a prevenção e o combate à corrupção no âmbito das licitações, contratações e execuções de obras públicas e a promoção da ética e da transparência pública junto aos agentes e profissionais desse segmento.

De acordo com o presidente do Confea, Marcos Túlio de Melo, a iniciativa busca encontrar a solução para que haja

“A corrupção eleitoral está intrinsecamente ligada à engenharia e cada um tem papel fundamental no combate”, contou Vicente Trindade

fiscalização, garantindo a execução das obras. “Nesse sentido, o Confea contribuirá com o conhecimento técnico para análise dos projetos”, ressaltou. “Embora os mecanismos de fiscalização sejam importantes, é necessária uma mudança cultural de nosso povo. Cultural, porque quase 100% da população é contrário à corrupção, mas a maioria destas pessoas estaciona irregularmente em uma vaga de deficientes e acha normal solicitar ao guarda de trânsito liberar sua multa”, concluiu Vicente Trindade.

ENTREVISTA **FERNANDA GARCIA MACHADO**

Transparência para combater a corrupção

Fraudes em licitações e compras públicas são alguns dos principais temas que configuram a corrupção, especialmente na engenharia. Para entender mais sobre o processo licitatório e mecanismos de fiscalização, o Jornal da Fisenge entrevistou Fernanda Garcia Machado, coordenadora-geral de Análise de Infrações em Compras Públicas da Secretaria de Direito Econômico (SDE) desde agosto de 2009.

Isaac Amorim



Quais as modalidades de licitação que mais oferecem possibilidade de fraudes?

Tradicionalmente, as modalidades de licitação em que as empresas conhecem seus potenciais concorrentes no momento inicial da disputa e no qual há um grande transcurso de tempo entre o início do certame e sua conclusão, como é o caso da concorrência, apresentam maiores incentivos à formação de cartéis. Isso porque cria-se a oportunidade, por exemplo, de as empresas conversarem entre si, após a sessão de habilitação, e definirem a vencedora daquela licitação ou convencerem concorrentes a desistir de suas propostas, mediante a combinação de compensações futuras.

De que forma os portais eletrônicos e os administradores públicos podem se adequar para evitar fraudes e conluios?

Os portais eletrônicos cumprem um papel muito importante de congregar e publicar os dados de licitações públicas. Isso, por um lado, pode resultar em informações gerenciais importantes para que os administradores públicos conduzam os processos licitatórios de modo

mais eficiente, permitindo-lhes, por exemplo, verificar quem são os potenciais fornecedores para um determinado produto ou serviço ou se são sempre as mesmas empresas que vencem as licitações daquele órgão, conferindo-lhes, portanto, um maior poder de reação às ações das empresas. Além disso, também permite que os agentes públicos observem e detectem padrões de comportamento suspeitos entre concorrentes e os reportem às autoridades competentes, como a SDE. Estes portais também facilitam o trabalho de investigação das autoridades, na medida em que congregam informações sobre licitações. As autoridades de investigação encontram dificuldades em obter informações consolidadas sobre licitações, principalmente as conduzidas nas esferas estaduais e municipais.

O que facilita a formação de cartéis em licitações?

Tal como observado em vários países, existem alguns elementos próprios às licitações públicas que facilitam a formação de conluios entre licitantes. Seria o caso, por exemplo, da publicidade das contratações públicas. É certo que se trata de princípio fundamental e que é essencial para que se evite direcionamentos e se exerça o devido controle social das licitações públicas. Contudo, essa característica também facilita a divisão de contratos entre as empresas, bem como permite o monitoramento do acordo ilícito entre elas, ou seja, é simples para os cartelistas verificar se os acordos celebrados estão sendo cumpridos, já que basta acompanhar os jornais oficiais. Outro problema é que, em muitos mercados, as licitações possibilitam uma interação frequente entre empresas, pois os processos de compras são recorrentes e previsíveis. Isso também permite que os representantes das empresas se encontrem frequente-

mente, além de facilitar a divisão de licitações entre as participantes, já que são várias as oportunidades de participação e compensação entre elas.

Quais os avanços necessários à legislação de licitações para impedir infrações nas compras públicas?

Destaco o projeto de lei nº 32/2007, no sentido de estender para outras modalidades além do pregão, a inversão de fases - ou seja, primeiro julgam-se as propostas e identifica-se o vencedor, para só então proceder à sua habilitação. Nesse contexto, há muito menos espaço para que licitantes atinjam um acordo durante a licitação, além de aumentar as instabilidades de acordos prévios entre as empresas serão efetivamente cumpridos. Além disso, outro importante avanço seria a obrigatoriedade da "Declaração de Elaboração Independente de Propostas" para todas as licitações ocorridas em âmbito federal, estadual e municipal. Tal declaração consiste em um certificado de que, ao formar sua proposta de preço, a licitante ou o consórcio não entrou, não tentou entrar e não entrará em contato com concorrentes durante o processo licitatório, formando seu preço de forma independente. Por sua vez, constatado posteriormente qualquer contato entre concorrentes, isso por si só configurará o crime de falsidade ideológica, sem prejuízo da caracterização de outros crimes.

Publicidade das contratações públicas com devido controle social é princípio fundamental